



XVI Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã / Mídia Cidadã

Tema central:

**Comunicação e as lutas por cidadania na disputa de hegemonias
19 a 21 de outubro de 2022**

Iniciativa e Realização

Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular,
Comunitária e Cidadã - **ABPCom**
Universidade Estadual de Londrina – **UEL**
Programa de Pós-Graduação em Comunicação – **PPGCom UEL**

GT1 – MEIOS E PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO PARA A CIDADANIA

Letramento Midiático: Instrumentalização Fundamental para o Exercício da Cidadania

Priscila Romero Sanches, docente da Universidade Estadual de Londrina (UEL), doutoranda em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista Dr. Júlio de Mesquita Filho (UNESP), mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL)¹

Resumo: A habilidade de leitura crítica das mensagens publicadas pela mídia em veículos de comunicação e nas redes de relacionamento social online é imprescindível na atualidade. Como boa parte das atividades da vida cotidiana tem migrado para a internet, o cidadão precisa ser capaz de utilizar as ferramentas de acesso ao ciberespaço e compreender o endereçamento das mensagens nele compartilhadas. O letramento midiático é previsto por países democráticos como Brasil, integrantes do bloco europeu, Inglaterra e Estados Unidos, em suas políticas de ensino regular, porém, nota-se uma falta de programas oficiais que tratem deste assunto. Neste artigo, por meio de revisão bibliográfica e análise de documentos oficiais, buscamos apresentar a sinalização dos governos para que projetos de letramento midiático sejam desenvolvidos e ao mesmo tempo a falta de políticas públicas unificadas neste sentido. Observamos uma prevalência de programas e projetos que são desenvolvidos por jornalistas, professores, organizações não governamentais e sociedade civil organizada. Estas entidades perceberam a importância da capacidade crítica da leitura de mídia para a preservação da democracia e de um ambiente seguro para os usuários da internet e estão cumprindo um papel que deveria ser desempenhado pelos governos.

Palavras-chave: Leitura de Mídia; Letramento Midiático; Políticas Públicas; Comunicação Cidadã; Democracia.

¹ Trabalho apresentado no GT1 – Meios e Processos de Comunicação para a Cidadania da XVI Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2022, de 19 a 21 de outubro de 2022 – realizada pela ABPCOM – Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã, Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Programa e Pós-Graduação em Comunicação – PPGCOM-UEL.

Introdução

A capacidade de ler, analisar, avaliar e interpretar as mensagens de notícias, filmes, propagandas, *games*, novelas, séries e livros é o que os estudiosos chamam de Media Literacy, em tradução livre para o português Literacia de Mídia. Sarmiento e Junior (2021) observam que são diversos os termos utilizados pelos pesquisadores para tratar deste tema, são eles: Educomunicação, Mídia-educação, Alfabetização para a Mídia, Literacia Midiática, Ciberliteracy, Media Literacy, e assim por diante. Para centralizar a discussão, usaremos neste ensaio os termos leitura de mídia e letramento midiático para designar esta formação crítica do cidadão, que o capacita a compreender o mundo que o cerca com uma lupa preparada para detectar mensagens constantes das entrelinhas da informação.

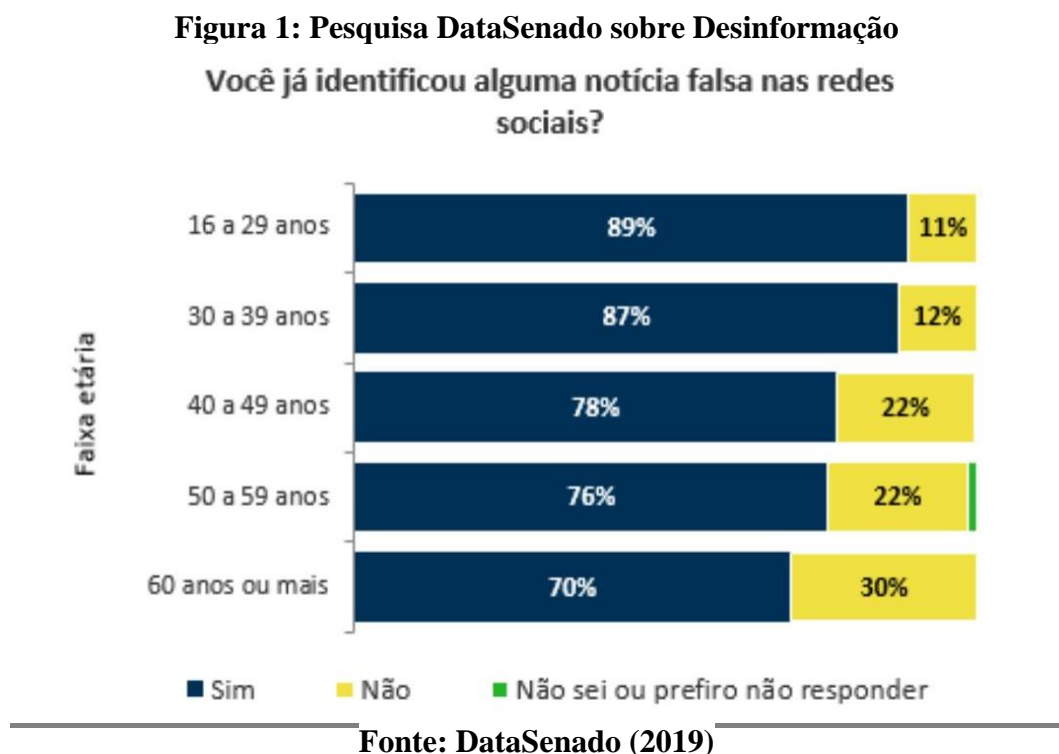
No caso do universo digital, a complexidade do conceito é ampliada devido à multimodalidade dos conteúdos veiculados. Num único ambiente, encontra-se conteúdo em texto, áudio, vídeo e arte com diferentes conotações e aplicações. Às vezes uma mesma informação pode ter sua compreensão complementada em cada um dos formatos, como ocorre nas narrativas transmidiáticas, que propõem a assimilação integral de informação a partir da leitura do tema em suportes diferentes. Ao finalizar o texto, a pessoa assiste um vídeo, depois navega por um carrossel de fotos e encerra o assunto com a interpretação de um meme (PORTO-RENÓ, et al., 2015).

A leitura de mídia na internet compreende os sites e blogs de meios de comunicação que propagam notícias, plataformas digitais que se subdividem em *streaming* de áudio e vídeo, compras online e relacionamento social digital. A multiplicidade de assuntos tratados e a multimodalidade de formatos torna letramento midiático no ciberespaço um desafio. As pessoas precisam primeiramente ter capacidade técnica para utilizar computadores, tablets ou *smartphones*. Uma segunda exigência é o conhecimento para interpretar mensagens que vão da compreensão sobre intencionalidades em notícias, sexualização da linguagem, discursos de ódio, segregação, consumismo e diversidade cultural, de gênero e social (SARMENTO; JUNIOR, 2021).

Este ensaio busca analisar estudos que discutem a necessidade de implementação de políticas públicas voltadas ao ensino da leitura de mídia no Brasil, Europa, Inglaterra e Estados Unidos, elencando alguns trabalhos em desenvolvimento nesta área e refletindo sobre a necessidade de que as iniciativas neste setor tenham uma maior uniformidade governamental. Utilizamos como ferramenta a revisão da literatura e a análise de alguns documentos oficiais dos países e bloco econômico citados (GIL et al., 2002). Damos início pelo apontamento dos motivos pelos quais o letramento midiático da população é necessário, frente aos desafios democráticos de liberdade de expressão e acesso de todos à informação para o exercício da cidadania.

Como a Leitura de Mídia é importante para a preservação da democracia

Um dos maiores problemas é capacitar os usuários da rede mundial de computadores para identificar informações enviesadas, postadas como notícias, conhecidas por *fake news*, ou, simplesmente, desinformação. No Brasil, uma pesquisa feita pelo Instituto Data Senado (2019) demonstrou que 83% dos usuários da internet brasileira já identificaram alguma notícia falsa publicada online. Quando a pesquisa é estratificada por faixa etária, percebe-se que há uma redução na capacidade de identificação da notícia falsa conforme a faixa etária aumenta, como demonstra a figura 1:



Os idosos são vítimas frequentes do disparo de *fake news* porque estão em processo de adaptação ao desenvolvimento tecnológico. Muitos não dispõem de letramento midiático mínimo, como a capacidade de utilização das tecnologias da informação sem auxílio. Outros têm alguma habilidade com os equipamentos tecnológicos, mas lhes falta aptidão interpretativa das mensagens midiáticas. O próprio Estatuto do Idoso (2003) prevê que o acesso à internet é parte integrante e necessária para o exercício da cidadania, mas falta, novamente, uma política pública universalizada no sentido de proporcionar aos idosos a instrumentalização para deter o letramento midiático nesta área. Pesquisas apontam que os idosos compartilham sete vezes mais desinformação do que os jovens (ESTABEL; LUCE; SANTINI, 2020).

A pesquisa do Data Senado (2019) ainda revelou que o grau de instrução do indivíduo também influencia a sua capacidade de identificação de desinformação. Entre aqueles que não completaram o ensino fundamental, 67% disseram que conseguiram identificar alguma notícia falsa nas redes sociais. Já entre os indivíduos que cursam ou terminaram a faculdade, 92% afirmaram

serem capazes de identificar desinformação na internet. Pelo resultado do levantamento infere-se que a instrução regular dá ao cidadão a capacidade de reagir à desinformação de forma mais efetiva. O Plano Nacional de Educação (PNE), possui 20 metas, que compreendem a elevação do grau de instrução dos brasileiros, porém, nenhuma delas trata especificamente da educação para a Leitura de Mídia (BRASIL, 2014).

Já a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), voltada ao ensino fundamental e médio, é clara quanto à criação de ferramentas que utilizem o letramento midiático como forma de construir cidadãos para “atender às muitas demandas sociais que convergem para um uso qualificado e ético das TDIC – necessário para o mundo do trabalho, para estudar, para a vida cotidiana etc” (BNCC, 2017, p. 69). O BNCC cita a necessidade de que os indivíduos compreendam a diferenciação entre discursos de ódio e argumentação crítica no debate de ideias no ciberespaço. O documento ressalta que os cidadãos estão sendo formados para uma realidade de trabalho imersa na cultura digital e precisam estar instrumentalizados para exercer suas funções técnicas e sociais neste ambiente.

O BNCC (2017) elenca sete competências que os alunos devem desenvolver no letramento midiático que compreendem:

1. capacidade de ler e interpretar as mensagens dos conteúdos das mídias, com o objetivo de ampliação da participação no discurso online;
2. exercitar a cidadania por meio de argumentações que respeitem os direitos humanos, a dignidade, a empatia e a resolução de conflitos sem uso da violência;
3. instrumentalização para o uso de linguagens digitais na busca pelo protagonismo no ciberespaço;
4. capacitação histórico, política e social para analisar o contexto das discussões e fazer a defesa de pautas pessoais e coletivas contra o preconceito e a segregação;
5. respeito à diversidade em processos de produção e práticas de sentido corporais como expressão de valores e identidade;
6. desenvolvimento de apreço pela diversidade cultural apresentada no ciberespaço como resultado da multiplicidade social e artística, característica da multiculturalidade do globo;
7. instrumentalização técnica para o exercício de qualquer atividade laboral, social ou artística no universo digital.

O que se verifica no Brasil é que as iniciativas de letramento midiático, para atender ao BNCC (2017), são disseminadas, embora, em escalas locais, resultado do esforço de profissionais da educação ou da mídia. Falta, no entanto, a criação de um currículo comum que possa ser aplicado formalmente em todas as unidades de ensino, independentemente de sua localização geográfica. A discricionariedade na implementação de iniciativas pode gerar discrepâncias no desenvolvimento de projetos e disciplinas, referentes ao letramento midiático.

Uma análise da aplicação de práticas para a leitura de mídia, em escolas municipais do Rio de Janeiro, feita por Duarte, Milliet e Migliora (2019), mostrou que 90% das unidades utilizam materiais da mídia para a educação, mas pouco empregam conteúdo das redes sociais digitais e a produção midiática dos alunos também é mínima. As unidades educacionais, geralmente, dispõem de poucos recursos tecnológicos, o que dificulta etapas do letramento midiático, principalmente as voltadas à capacitação técnica dos estudantes para lidar com dispositivos avançados.

Em 2016, o professor Ismar de Oliveira Soares, presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom), coordenou um painel no Senado Federal, para demonstrar a importância da educação para a leitura de mídia. Em entrevista a Viana (2017), Soares pontua que desde 2011 a Escola de Comunicação e Artes da USP oferece a Licenciatura em Educomunicação, que capacita profissionais a somarem os conhecimentos em educação e comunicação, utilizando-os tanto em espaços de mídia, como em âmbito de instrução regular. O curso nasceu após 15 anos do pedido inicial à ECA/USP para sua implantação, fruto de anos de pesquisa e trabalho na área.

No Brasil, o Comitê Gestor da Internet (CGI) dispõe de um braço, o Centro de Estudos sobre Tecnologias Web (Ceweb.br) que trabalha a inclusão da sociedade para o desenvolvimento da Web, na busca por formular políticas públicas de inclusão e educação para uso das novas tecnologias digitais. O Ceweb promove pesquisas, cursos online e palestras que visam a capacitação no uso da tecnologia. Em um levantamento feito com crianças e adolescentes, entre 9 e 17 anos, que englobou o período de 2005 a 2020, notou-se que 18% da amostra não dispunha de acesso à internet em casa em 2019, o que correspondia a 4,8 milhões de indivíduos. Com o fechamento de escolas e centros comunitários, em virtude da pandemia de Covid-19, a partir de 2020, esta população ficou desassistida (KIDS, 2020).

No caso de domicílios sem rede de internet de banda larga, a solução utilizada é o acesso por rede móvel, via celular. A pesquisa Kids (2020) faz a ressalva de que estes usuários, que dispõem apenas de acesso por smartphone, têm menor capacidade funcional e crítica, já que a utilização da internet neste formato é limitada. A pandemia, porém, fez com que estudantes fossem obrigados a desenvolver habilidades para o emprego das TICs na educação. Nota-se, no entanto, que o evento sanitário revelou ainda mais disparidade entre as classes sociais, já que usuários frequentemente presentes na rede são capazes de lidar melhor com a tecnologia, enquanto excluídos digitais somam dificuldade na compreensão da linguagem e ferramentas *high tech*. O abismo educacional entre ricos e pobres se aprofundou ainda mais.

Iniciativas bem-sucedidas voltadas ao aprendizado da leitura de mídia

Uma das formas de incentivar a criação de projetos de letramento midiático vem sendo feita pela UNESCO, que desde 1970 financia e premia projetos ligados ao tema. A UNESCO reconhece a capacitação para a leitura de mídia como um direito humano. Em 2020, o professor brasileiro Carlos Lima recebeu o Prêmio Aliança para Mídia e Informação, pelo projeto “Imprensa Jovem”, que analisa artigos de mídia. “A iniciativa ajuda professores e alunos com atividades curriculares e fora da grade curricular sobre educação a distância, e o uso da mídia no ensino” (UNESCO, 2020).

Na Europa, outro projeto, criado pela rede Insafe, busca trabalhar temas voltados principalmente ao *ciberbullying* e *sexting*, que são as mensagens de cunho sexual envolvendo crianças e adolescentes. O Dia da Internet Segura reúne 200 países, no Brasil o dia 8 de fevereiro foi escolhido como marco para palestras e ações em busca de uma web mais segura, porém, as atividades não se limitam a esta data. A SaferNet Brasil (2022) oferece ainda conteúdo online sobre conscientização para a leitura de mídia em plataformas de redes sociais, Manual de Segurança Digital, Cartilha para Pais e Educadores na Prevenção do Suicídio na Internet, além de promover eventos e discussões com jovens para a utilização consciente da rede. A iniciativa tem apoio do Ministério Público Federal (MPF), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) e Associação Brasileira da Internet (Abranet).

Em vários países integrantes da União Europeia o letramento midiático é uma realidade no currículo escolar. Porém, novamente, em aplicações diferenciadas e discricionárias de profissionais que trazem para si a responsabilidade de aplicação de projetos voltados ao tema. As iniciativas têm objetivos díspares entre os países do bloco. Zhang et al. (2020) constataram que cada nação tinha um propósito particular quando se tratava do endereçamento dos programas para o desenvolvimento de uma real habilidade na leitura de mídia.

A Alemanha busca capacitar seus estudantes a entenderem as mensagens propagadas pela mídia e como utilizam mecanismos para gerar audiência; enquanto a França desenvolve um olhar crítico dos alunos para a mídia. Os pesquisadores notaram que falta uma estratégia única de aproximação com o tema e muitas das iniciativas são desenvolvidas de forma solitária por professores preocupados com este ensino aos alunos. Na Finlândia, por exemplo, educadores têm a discricionariedade para escolher como vão tratar a leitura midiática em sala. Com isso, demonstra-se que a instrução do docente em leitura de mídia é fundamental para que este conhecimento seja difundido (ZHANG et al., 2020).

Dimensões técnicas e teóricas precisam ser implementadas em treinamento continuado. A Comissão Europeia reconhece que a geração contemporânea é a mais exposta a informação ao longo da história, porém, isso não a torna capaz de imediatamente identificar desinformação ou então, deixar de participar de campanhas de disseminação de *fake news*. Em 2018, a Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE) incluiu no Programa Internacional de

Avaliação de Alunos (Pisa), questões referentes à capacidade dos estudantes de identificarem notícias falsas, tal a importância da temática na atualidade (MCDOUGALL, 2018).

Na Alemanha e na Bélgica, o projeto Lie Detectors trabalha conceitos que tornam os estudantes capazes de identificar desinformação e os torna leitores críticos da mídia. O trabalho é desenvolvido em escolas, com crianças e adolescentes de 10 a 15 anos. Outro projeto em ação na Bélgica é o Forbidden Facts que analisa as intencionalidades por trás da disseminação das *fake news*. Planos de aulas são disponibilizados aos professores para trabalharem os conceitos em sala de aula. A ONG Facing History and Ourselves disponibiliza também conteúdo educativo para docentes checarem a veracidade de informações obtidas online (MCDOUGALL, 2018).

Para endereçar teorias da conspiração, na França a associação Entre Les Lignes, criada por profissionais da agência France-Presse, com apoio do Le Monde, promove seminários e oficinas com estudantes e professores, na busca por desenvolver a leitura crítica das notícias e checagem de informação. Na Finlândia, Faktanas Fiiktos é o nome do projeto criado por jornalistas para auxiliar estudantes com a leitura de mídia, na busca por reduzir o índice de descrédito com a imprensa profissional, que vinha crescendo no país. A ação movimentou, em 2017, 120 profissionais, que trabalharam com 7.000 alunos (MCDOUGALL, 2018).

Na Inglaterra, a BBC lançou em 2018 o School Report, que oferece mentoria online, presencial e a promoção de eventos com jornalistas da rede de comunicação estatal para projetos de leitura de mídia. Jogos eletrônicos e vídeos são materiais utilizados para a abordagem do tema com os estudantes. O país vem trabalhando desde o Communication Act, de 2003 para implementar políticas públicas de letramento midiático. No mesmo ano foi criado o Office of Communication (2022), que funciona como agência reguladora dos serviços de comunicação no país. Além disso, o Ofcom promove pesquisas para monitorar o grau de instrução das pessoas referente à utilização das novas tecnologias.

O estudo feito em parceria com a National Literacy Trust (2018) demonstrou que apenas 2% dos estudantes que estavam no primário tinham a capacidade de identificar desinformação na internet. A Comissão on Fake News and the Teaching of Critical Literacy Skills, que é encabeçada pela National Literacy Trust vem fazendo uma análise sobre a compreensão, principalmente das crianças, a respeito do conteúdo postado na internet. Quase a metade dos alunos (49,9%) reportou que se preocupa por não conseguir identificar desinformação. Como resultado desta situação, 60,6% dos estudantes informaram que têm dificuldade de acreditar na mídia. Cerca de 53,5% dos professores acreditam que falta no currículo escolar ferramentas que ajudem os alunos a identificar este tipo de conteúdo.

No caso da Inglaterra, Polizzi (2017) observou que enquanto o currículo escolar é construído a partir de referências extraídas de professores, estudantes, pais, empregados em educação e

pesquisadores, falta uma expertise de especialistas em TI e profissionais da própria mídia para avançar em disciplinas ligadas à leitura de mídia digital. O autor elenca uma série de profissionais que poderia contribuir para uma melhor compreensão do estudante sobre o ecossistema de internet, como bibliotecários, web designers, analistas de sistemas e especialistas em inteligência artificial. O currículo poderia ser voltado à compreensão dos alunos de como a informação flui na internet e qual o papel da rede na formação do cidadão. Porém, este conteúdo foi sistematicamente negligenciado por anos.

Wallis e Buckingham (2019) lembram que a leitura de mídia digital estava prevista para entrar no currículo regular da Inglaterra desde o início dos anos 2000, quando a internet despontava como fonte de informação essencial. Porém, até 2016, pouco se avançou na temática. McDougall, Redman e Wilkinson (2018) conduziram um estudo de 10 semanas (The Digital Families), na Inglaterra, com professores, alunos e suas famílias, no uso de suportes digitais e conteúdos de mídia para ensino. Os pesquisadores buscavam entender a importância da tecnologia na aprendizagem, como utilizar os suportes tecnológicos como ferramentas aplicadas à educação e ainda de que forma os indivíduos empregavam a tecnologia e a informação extraída no ciberespaço em seu cotidiano.

Apesar do currículo escolar tradicional ser um entrave para a leitura de mídia e uso das novas tecnologias, terceiros espaços, comunitários, poderiam ser desenvolvidos no ambiente escolar com esta finalidade. Durante a pesquisa, notou-se que os estudantes ressignificavam a utilização dos suportes tecnológicos. As novas práticas de aprendizagem levavam ao desenvolvimento de produção midiática, contação de histórias na escola e em casa. As experiências utilizando letramento de mídia, narrativa transmídia, *storytelling* e abordagens incluindo *games*, autorrepresentação, curadoria de conteúdo digital, proporcionavam aos alunos engajamento cívico e mobilidade social (MCDUGALL; REDMAN; WILKINSON, 2018).

Para Bulger e Davison (2018), a capacidade do indivíduo de ler e interpretar o conteúdo que acessa no ambiente digital é condição básica da manutenção da democracia. Em 2016, a Cambridge Analytica, uma empresa inglesa, comprou os dados de 87 milhões de usuários do Facebook. Estas informações foram utilizadas para modular algoritmos para disseminar mensagens que influenciassem eleitores a votar em Donald Trump, para a presidência dos Estados Unidos. Uma mesma mensagem de campanha chegava a ter até 50 versões diferentes para abarcar todo o público.

Logo após as eleições de 2016, várias instituições levantaram a proposição de implementar iniciativas que tornassem as pessoas capazes de fazer a leitura crítica do conteúdo digital. Os projetos englobaram várias frentes de trabalho, que estão detalhadas no quadro 1:

Quadro 1: Iniciativas voltadas à leitura de mídia nos Estados Unidos

Grupos envolvidos	Iniciativas	Ações propostas
Jovens	PBS NewsHour Student	Ensino de técnicas televisivas para que

	Reporting Labs	os alunos pudessem contar suas histórias
	Youth and Media – Berkman Klein Center	Trabalho conjunto das áreas de Psicologia, Etonografia, Sociologia, Educação e Mídia em pesquisas voltadas a diversos temas, inclusive leitura de mídia
	USC Annenberg School for Communication and Journalism e MIT Media Lab	Trabalho voltado à cultura participativa na produção de conteúdo com narrativa transmídia para plataformas digitais
Professores e desenvolvedores de currículo escolar	Media Education Lab at the University of Rhode Island	Promove eventos voltados à leitura de mídia para educadores, produz ferramentas para que os professores utilizem em sala de aula e projetos de contraturno e ainda publica material de pesquisa
	National Writing Project, National Council of Teachers of English, National Council for Social Studies e American Library Association	Formam redes de educadores em programas de treinamento e conferências, encontrando novas formas de ação em ensino para a leitura de mídia
	New York Times Learning Network, Washington Post's Newspapers in Education	Oferecem recursos sobre credibilidade da informação, utilização das fontes e produção midiática para utilização em ensino
Pais e responsáveis	The Parenting for a Digital Future	Promove estudos na monitoria e preocupação dos pais sobre o conteúdo digital que os filhos acessam para entretenimento e educação
	The Joan Ganz Cooney Center	Conduz estudo sobre a respostas dos pais aos hábitos de consumo de mídia das crianças
	Building Healthy Relationships with Media	Guia criado pela <i>Association for Media Literacy Education</i> para auxiliar pais e responsáveis em leitura de mídia para seus filhos
	KQED, Common Sense Education, ConnectSafely, the Center for Media Literacy e Net Family News	Produz materiais educativos como referência para pais na instrução dos filhos com relação à leitura de mídia e cidadania digital

Fonte: elaborado pela autora com base em Bulger e Davison (2018)

A leitura de mídia auxilia na formação de pessoas capazes de compreender as entrelinhas das notícias, conscientes de seus direitos e deveres com a sociedade, consumidoras responsáveis e cidadãos conscientes (BULGER; DAVISON, 2018). Estes cidadãos podem contribuir para um ambiente plural de discussão de ideias, que privilegie o debate igualitário. As ferramentas necessárias passam pelas habilidades técnicas para utilização dos equipamentos, capacidade de leitura e interpretação das mensagens.

Considerações finais

O letramento midiático é uma necessidade para a sociedade contemporânea. Saber como lidar com os equipamentos de acesso às mídias online e ter a capacidade de interpretar as mensagens são fundamentais para o exercício da cidadania. Os países democráticos sabem da necessidade de instrumentalizar a população na leitura de mídia, mas faltam iniciativas governamentais que universalizem os programas de letramento nesta área, seja para crianças ou idosos, que têm dificuldade com as novas tecnologias. Na lacuna estatal, entidades não governamentais, jornalistas e professores têm desenvolvido projetos, porém, sem uniformidade de aplicação de conceitos e aprendizados.

Seja nos Estados Unidos (BULGER; DAVISON, 2018), Inglaterra (POLIZZI, 2020), países do bloco europeu (MCDUGALL, 2018; ZHANG et al., 2020) e no Brasil (DUARTE; MILLIET; MIGLIORA, 2019), programas de treinamento oferece letramento midiático em escolas, para famílias e grupos, dando ferramentas para a identificação dos indícios de informação distorcida, como lidar com *ciberbullying*, *sexting* ou consumismo online. Títulos sensacionalistas, informações sem fonte, são sinais de alerta, mas não é só isso. Há uma série de capacitações e níveis de conhecimento que precisam estar previstos.

O letramento midiático é um assunto complexo, que não se esgota neste breve ensaio. Apesar de presentes em documentos oficiais e até leis, como é o caso da Plano Nacional de Educação (2014) do Brasil, não conseguimos encontrar ações unificadas governamentais nos territórios pesquisados. Esta é uma preocupação que deve ser mais bem discutida pelos governos democráticos, com políticas uniformizadas e aplicação de investimentos em políticas públicas e programas estatais de letramento midiático. O exercício da cidadania depende da capacidade dos cidadãos em lidar com a tecnologia de maneira funcional e interpretativa.

Referências

BNCC. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação. Ensino Fundamental. 2017. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf
Acessado em 06/09/2022.

BRASIL. Lei 13.005, 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá providências. DOU 26.6.2014. Edição extra. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> Acessado em: 06/09/2022.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para garantir aos idosos a oferta de cursos e programas de extensão pelas instituições de educação superior. Brasília: Casa

Civil [2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 06/09/2022.

Brasileiro ganha prêmio da UNESCO sobre Mídia e Informação 2020. UNESCO, 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/101450-brasileiro-ganha-premio-da-unesco-sobre-midia-e-informacao-2020> Acessado em 23/03/2022.

BULGER, Monica; DAVISON, Patrick. *The promises, challenges, and futures of media literacy*. *Journal of Media Literacy Education*, v. 10, n. 1, p. 1-21, 2018. Disponível em: <https://digitalcommons.uri.edu/jmle/vol10/iss1/1/> Acessado em: 05/09/2022.

Dia da Internet Segura. **SaferNet Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.safernet.org.br/site/sid2022/programacao> Acessado em: 23/03/2022.

DUARTE, Rosália; MILLIET, Joana; MIGLIORA, Rita. Projetos e práticas de mídia-educação nas escolas públicas municipais do Rio de Janeiro. *Educação e Pesquisa*, v. 45, 2019.

ESTABEL, Lizandra Brasil; LUCE, Bruno Fortes; SANTINI, Luciane Alves. Idosos, fake news e letramento informacional. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 16, p. 1-15, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/1348-5022-1-PB.pdf> Acessado em 06/09/2022.

GIL, Antonio Carlos et al. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

KIDS, T. I. C. Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids Online Brasil [livro eletrônico]= Survey on Internet use by children in Brazil: ICT Kids Online Brazil 2019/[editor] Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR.--. 2020.

Mais de 80% dos Brasileiros acreditam que redes sociais influenciam muito a opinião das pessoas. DATA SENADO, 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=mais-de-80-dos-brasileiros-acreditam-que-redes-sociais-influenciam-muito-a-opinioao-das-pessoas> Acessado em 05/09/2022.

MCDUGALL, Julian et al. *Teaching media literacy in Europe: evidence of effective school practices in primary and secondary education*, NESET II report. 2018.

MCDUGALL, Julian; READMAN, Mark; WILKINSON, Philip. *The uses of (digital) literacy*. *Learning, Media and Technology*, v. 43, n. 3, p. 263-279, 2018.

NATIONAL LITERACY TRUST. Fake news and critical literacy: The final report of the Commission on Fake News and the Teaching of Critical Literacy in Schools. National Literacy Trust, 2018. Disponível em: <https://literacytrust.org.uk/research-services/research-reports/fake-news-and-critical-literacy-final-report/> Acessado em 15/03/2022.

OFCOM, Office of Communication. 2022. Disponível em: <https://www.ofcom.org.uk/home> Acessado em: 15/03/2022.

POLIZZI, Gianfranco. *Digital literacy and the national curriculum for England: Learning from how the experts engage with and evaluate online content*. *Computers & Education*, v. 152, p. 103859, 2020.

PORTO-RENÓ, Denis et al. Narrativas transmídia: diversidade social, discursiva e comunicacional. *Palavra chave*, v. 14, n. 2, p. 201-215, 2011.

SARMENTO, Pedro Faria; JUNIOR, Nilton Gonçalves Gamba. Leitura crítica da mídia pelas crianças: políticas públicas brasileiras e europeias. *Aurora*, v. 14, n. 40, p. 91-109, 2021.

VIANA, Claudemir Edson. Educomunicação, do movimento popular às políticas públicas: o percurso acadêmico de Ismar de Oliveira Soares. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, v. 14, n. 26, 2017.

WALLIS, Richard; BUCKINGHAM, David. *Media literacy: The UK's undead cultural policy*. *International Journal of Cultural Policy*, v. 25, n. 2, p. 188-203, 2019.

ZHANG, Lei et al. *Media literacy education and curriculum integration: A literature review*. *International Journal of Contemporary Education*, v. 3, n. 1, p. 55-64, 2020. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/288211890> Acessado em 24/03/2022